

DO SENADOR DALÍRIO BEBER (PSDB – SC)

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Venho a esta tribuna para falar sobre a penúria que os governos municipais e os estados brasileiros vivem na atualidade.

A cada dia a situação se agrava mais, e não se tem à frente qualquer perspectiva de melhora. Mas o que fizeram de errado os prefeitos e governadores para que chegassem a esse nível de descabro? Nada!

São vítimas dos equívocos da política econômica, adotada nestes últimos anos, pelo Governo Federal.

A queda da atividade econômica, verificada e sentida por todos, tem refletido na arrecadação de municípios e estados.

A grande maioria dos programas federais implementados por estes entes federados, nas áreas de saúde, educação e assistência social, estão sendo bancados por estes, pois as parcelas transferidas pela União passaram a ser, em alguns casos, menos do que um terço do que realmente custam.

Os municípios têm, por força constitucional, a obrigação de investir em saúde 15% de sua receita corrente líquida. No entanto, diante de tal descaso do governo federal, vêm-se obrigados a destinar cada vez mais em saúde, deixando por vezes de atender minimamente outras demandas, também importantes para o bem-estar de suas respectivas populações. Já não são poucos os municípios que comprometem em saúde mais de 30% de sua receita.

A defasagem da tabela do SUS, pois sua última revisão remete ao ano de 1996, faz com que os hospitais filantrópicos, sem os quais não sobrevive o sistema de saúde pública no Brasil, fechem as portas.

Mais de 70% dos atendimentos do SUS é realizado pelos hospitais filantrópicos e Santas Casas, e para que estes estabelecimentos não deixem de atender à população, municípios e estados têm que suprir a defasagem da tabela SUS, hoje pagando valores irrisórios, praticamente um escárnio!

A grave situação econômica tem atingido em cheio e diretamente os brasileiros, que só no ano de 2015, fez mais de 1.540.000 desempregados. Agora, em janeiro de 2016, mais outros 100.000 brasileiros foram demitidos.

Muitos destes, que tinham seus planos coletivos de saúde, agora não têm mais. Assim, vão pressionar ainda mais os SUS e aumentar a carga de municípios e estados brasileiros.

O que tem acontecido em nível de saúde, também se reproduz nas áreas de educação e assistência social. O caos está instalado!

Esta Casa manifestou claramente sua preocupação com o agravamento desta situação frágil vivida por municípios e estados, aprovando o Projeto de Emenda Constitucional, de autoria da Senadora Ana Amélia Lemos, estabelecendo que nenhuma obrigação pode ser imposta aos municípios e estados por parte do Governo Federal, sem que este assegure as fontes de recursos necessários para sua implementação.

Por outro lado, em nível de Câmara Federal, por iniciativa do deputado Mendonça Filho, foi apresentado Projeto de Emenda Constitucional na mesma direção.

Esta PEC, ao chegar no Senado Federal, foi rapidamente colocada em pauta indo ao encontro de uma imperiosa necessidade de estabelecer um freio ao repasse de novas responsabilidades aos entes federados inferiores.

O debate nos faz ver que nem todos estão verdadeiramente preocupados com a problemática do desequilíbrio entre os entes federados. Outrora, a Constituição Federal estabeleceu, sensível às questões das responsabilidades de cada um, critério de partilha do bolo tributário, em que assegurava aos municípios algo em torno de 20%, e aos estados por volta de 30%, ficando para a União metade de tudo o que é arrecadado.

Porém, nestes quase 28 anos, a União transferiu inúmeras responsabilidades a serem bancadas por municípios e estados brasileiros, sem oferecer a necessária transferência de recursos financeiros.

Bom lembrar também que, a União ao longo destes anos aumentos consideravelmente sua arrecadação com a instituição de várias contribuições, hoje tão representativas quanto as receitas tributárias.

Assiste à União o poder de, sempre que necessário, promover alterações na legislação objetivando aumentar a sua receita, ou mesmo criando novas contribuições. O mesmo não acontece, contudo, com os municípios, pois suas receitas são quase que inteiramente dependentes das transferências federais e estaduais. E estas são calculadas sobre o IPI e IR para a formação do FPM e a cota parte do ICMS arrecadado pelos governos estaduais. Estas transferências têm caído consideravelmente, pois sem atividade econômica aquecida, menos impostos são gerados.

Para minimizar um pouco as dificuldades que municípios e estados brasileiros enfrentam, propus, em 05 de novembro de 2015, a PEC 143, que objetiva oferecer aos municípios e estados brasileiros, o mesmo mecanismo da desvinculação de receitas que o Congresso Nacional tem oferecido ao Governo Federal, desde 1994.

Esta medida não vai significar nenhum aumento na arrecadação destes entes federados. No entanto, se em nível de União se tornou vital para a gestão financeira, é de se supor que também vá fazer bem para os municípios e estados.

Por isso, a PEC 143 propõe a criação da DRE – Desvinculação de Receitas do Estado e a DRM – Desvinculação de Receitas do Município.

Espero que a tramitação junto às comissões do Senado se dê rapidamente e que possa ser aprovada concomitantemente com a proposta que tramita na Câmara Federal, visando à prorrogação da DRU – Desvinculação de Receita da União.

Por acreditar que aprovada a PEC 143 estará o Congresso demonstrando sintonia e sensibilidade às questões de municípios e estados, conclamo a todos os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras a interagirem, para que esta Casa dê sua importante contribuição, para que

prefeitos e governadores tenham, com o uso da faculdade de desvincular parte de suas receitas, melhor condição de gestão financeira.

Reitero o meu compromisso com o pacto federativo, proporcionando equilíbrio das contas públicas de estados e municípios, tão sacrificados nos últimos anos, com um número cada vez maior de responsabilidades e com cada vez menor arrecadação.

Se a situação não mudar já, assistiremos a falência geral dos municípios brasileiros, que é exatamente onde todos nós vivemos, afinal, ninguém mora na União.

Ou encontramos uma solução imediata para a crise política, que turbinou a crise econômica, ou entraremos em colapso absoluto. Temos que recuperar a credibilidade do país hoje!

E já passou da hora de se agir, e reagir!